Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Iniciamos, hoje, a discussão da proposta de orientações a Médio Prazo 2009-2012 e do Plano de Investimentos e Orçamento da nossa Região para 2009.

Estes documentos estruturantes concretizam, efectivamente, as opções estratégicas de afectação dos recursos públicos e quantificam as políticas sectoriais definidas pelo Governo dos Açores, para a presente Legislatura, cumprindo integralmente os compromissos que assumimos com os açorianos, sufragados por uma ampla maioria e ratificados por esta Assembleia, a quando da discussão da proposta de Programa de Governo, o que importa sempre lembrar e respeitar.

As Orientações a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para o corrente ano, vão ser executadas num enquadramento internacional e nacional que comporta um elevado grau de incerteza e de instabilidade.

A evolução dos indicadores macro-económicos previstos por entidades como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu, a OCDE e o Eurostat apontam para perspectivas muito desfavoráveis na generalidade das economias mundiais, com reduções significativas na actividade produtiva e do emprego, em consequência da deterioração dos mercados e da confirmação generalizada da recessão das principais economias mundiais, acompanhados por uma degradação das contas públicas da generalidade dos países ocidentais.

Os documentos preparativos da Cimeira dos 20 países mais desenvolvidos do mundo, que se irá realizar nos próximos dias, apontam para a manutenção e agravamento desta situação até ao final de 2010.

Está, pois, consolidado em termos internacionais, um cenário de estagnação e recessão nas principais economias europeias, nos Estados Unidos da América e até nos países emergentes do continente asiático. A falta de liquidez do sistema bancário e financeiro internacional, não está ultrapassada e continuará a influenciar o abrandamento da actividade económica, com reflexos significativos na redução dos níveis de crescimento, de produção e de rendimento da generalidade dos países.

Se a actual volatilidade das projecções realizadas, exigem um cuidado redobrado na parametrização desta conjuntura económica e financeira internacional adversa, e o seu impacto real nos Açores, no entanto, o passado recente demonstra que estamos nos Açores na trajectória correcta e que as opções de desenvolvimento que tomámos e as estratégias que definimos, foram indispensáveis para enfrentarmos, hoje, aqui, perante o actual cenário de recessão mundial, com positivismo realista e consciente mas, pouco comum, ou até inexistente, na maioria dos países europeus.

Conseguimos, neste contexto difícil e exigente, transmitir um estímulo adicional, e, manter a confiança das empresas e das famílias açorianas, o que permitiu, não só retardar nos Açores os efeitos negativos do enquadramento económico internacional, como através de uma pronta e eficaz reacção, tivemos a capacidade de tomar e executar um conjunto de medidas, iniciativas inovadoras e ambiciosas que, conjugadamente, estão a permitir estimular o consumo, incrementar o investimento privado e a despesa pública de investimento, aumentar a capacidade de exportação de bens e serviços e a manutenção do emprego pelas nossas empresas e aumentar o rendimento disponível das famílias.

A excelente adesão das empresas açorianas às linhas de apoio, já criados e o elevado montante de investimentos privados já aprovados nos novos Sistemas de Incentivos, são indicadores objectivos que confirmam a retoma de confiança dos açorianos no crescimento da nossa Região.

Em apenas 40 dias, as linhas de Apoio criadas pelo Governo dos Açores asseguraram já a aprovação de financiamentos superiores a 106 milhões de euros, a 559 empresas açorianas, tendo também sido já apoiados no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao Investimento, apoios que permitirão assegurar a execução de novos Investimentos Privados no valor superior a 230 milhões de euros.

Quando, diariamente assistimos em todo o mundo, a milhares de despedimentos, ao encerramento de centenas de empresas, ao agravar do deficit das contas públicas da generalidade dos países e até as perspectivas de falência técnica de alguns estados, temos consciência também que apesar das dificuldades, os açorianos sentem, cada vez mais, como é melhor viver nos Açores. Os açorianos confiam no seu Governo, que conseguiu adiar o impacto da crise internacional na Região, está a conseguir com sucesso minimizar os seus efeitos no presente e vai conseguir afastar mais rapidamente, no futuro próximo, as suas consequências negativas.

Não ignoramos as exigências e dificuldades acrescidas que resultam da conjuntura internacional, não negligenciamos a necessidade de tomar todas, mas mesmo todas, as medidas inovadoras, corajosas e ambiciosas necessárias para continuar a assegurar o crescimento económico sustentado da nossa Região, intervindo sempre que necessário para assegurar o regular funcionamento dos mercados, protegendo as famílias e as empresas açorianas e garantindo a manutenção do emprego e da dinamização da estrutura produtiva regional.

Por isso, não podemos aceitar propostas que, apesar de repetida e intensamente publicitadas, visam apenas reduzir a capacidade da Região continuar a apoiar as famílias e empresas açorianas para, em contrapartida, poder beneficiar quem tem mais rendimentos, ou, propostas que apenas têm como efeito prático estimular os lucros e aumentar as receitas da banca, sem qualquer garantia de benefício para as famílias que pretendem adquirir habitação, nem podemos, incentivar propostas, que, além de aumentarem desnecessariamente os encargos das empresas, põem em causa os apoios dos Fundos Estruturais por violação da regulamentação comunitária.

Igualmente, não podemos também encontrar em propostas, de, formulação jurídica incipiente, de carácter genérico, sem aplicabilidade prática e operacional e que violam as competências constitucionais e estatutárias da Região, como é demonstrado por qualquer jurista, contributos efectivos e credíveis para a concretização deste esforço de ultrapassar rapidamente a conjuntura externa adversa.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

As Opções a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 2009, conciliam em simultâneo dois desígnios compatíveis e complementares: operacionalizar o conjunto de medidas e acções que se integram no modelo de desenvolvimento que foram definidos no nosso programa de Governo e, ao mesmo tempo, a execução pronta e eficaz do conjunto de medidas adoptadas para combater de imediato os efeitos mais estruturais ou sistémicos das consequências da crise internacional nos Açores.

Neste contexto, as Orientações de Médio prazo 2009-2012 definem uma estratégia assente em quatro vectores determinantes:

Uma política económica activa do reforço da competitividade da base produtiva regional;
Uma política social assente na valorização do equilíbrio e da coesão social, com especial destaque para a qualificação dos recursos humanos, a defesa do emprego e a solidariedade social;
A operacionalidade e eficiência do funcionamento das infra-estruturas de base, observando a qualidade ambiental;
O equilíbrio financeiro sustentado e a eficiência da gestão pública.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Uma estratégia global de desenvolvimento privilegiando o crescimento económico, sustentado na consolidação do emprego, e do rendimento das famílias na coesão social e no equilíbrio das finanças públicas, implica a definição concreta e rigorosa de objectivos de afectação do investimento público.

Neste contexto o investimento público regional no período 2009-2012, terá como enquadramento a concretização de cinco objectivos estruturantes, nomeadamente:

Melhorar as qualificações e as competências dos Açorianos;
Promover o crescimento sustentado da economia;
Reforçar a solidariedade e a coesão social;
Gerir com eficiência o território, promovendo a qualidade ambiental;
Qualificar a gestão pública e a cooperação.

São estas as nossas prioridades, definidas com clareza e objectividade, nos documentos que vos apresentamos, e nas quais assenta as políticas de investimento público definidas para a actual legislatura.

O Investimento Público previsto realizar pela Administração Regional no quadriénio 2009-2012, ascenderá a 3.268 milhões de euros, o que representará um investimento médio anual de 817 milhões de euros.

O investimento financiado directamente pelo Orçamento da Região totalizará 2.103 milhões de euros e representará um valor médio anual de 525,7 milhões de euros, o que significa um aumento de 58,4% em relação ao previsto no início da legislatura anterior.

A proposta de orçamento para o ano de 2009, atinge 1.368 milhões de euros, que, deduzindo as contas de ordem, representa a disponibilização de recursos financeiros no montante de 1.079,6 milhões de euros, mais 63,4 milhões do que o orçamentado para 2008, o que traduz um acréscimo de 6,2%.

As receitas próprias atingirão em 2009, o valor de 551,7 milhões de euros, montante praticamente igual ao valor orçamentado em 2008.

As receitas fiscais constituem a maior componente das receitas próprias da Região, 94,2%, e atingem, uma previsão orçamental de 519,9 milhões de euros mais 0,3% do que o valor orçamentado no ano anterior e menos 0,5% do que a respectiva realização, em resultado da política de redução fiscal efectuada que permitirá em 2009, diminuir o esforço fiscal das famílias e empresas açorianas em sede de IRS, IRC e IVA.

Os valores estimados, correspondem integralmente às perspectivas de evolução desta componente da receita, tendo em consideração que em 2008, a taxa de execução da receita fiscal atingiu os 100,3% para os Impostos Directos e 100,9% para os Impostos Indirectos, o que demonstra o rigor e capacidade de previsão com que o Governo dos Açores elaborou o Orçamento apresentado a esta Assembleia.

As transferências do Orçamento de Estado atingem, em 2009, um montante de 379,1 milhões de euros, valor que representa 34,7% do total da receita e um acréscimo de 12,4 milhões de euros em relação ao ano anterior. Este aumento resulta da correcta e rigorosa aplicação da nova Lei de Finanças Regionais, cujo benefício para os Açores é mais uma vez comprovado.

As transferências da União Europeia, crescem para 152,8 milhões de euros, o que corresponde a um aumento de 50%, passando as receitas das transferências da União Europeia a representar 14,2% do total das receitas.

O valor orçamentado para 2009 reflecte o aumento significativo das verbas disponíveis no actual período de programação financeira comunitária 2007-2013, o qual contempla um aumento de 311 milhões de euros, ou seja, mais 25,4% do que o valor do Quadro Comunitário anterior, bem como a capacidade que demonstramos de operacionalizar e regulamentar estes fundos estruturais assegurando, por exemplo que no âmbito do

FEDER, os Açores sejam a primeira Região do país a ter o seu programa operacional devidamente auditado e certificado pela Comissão Europeia, o que assegura, desde a passada semana a disponibilização sem condicionalismos da totalidade da dotação prevista para os Açores até 2015.

No âmbito do Pró-convergência foram já aprovados 146 projectos que representam uma despesa pública de 237,4 milhões de euros o que assegura um financiamento comunitário de 187,6 milhões de euros, sendo os Açores, a Região do país com maior taxa de aprovação e execução do novo Quadro Comunitário de Apoio.

As despesas orçamentadas, excluindo as contas de ordem, totalizam 1.079 milhões de euros, sendo 597,7 milhões de euros referentes a despesas de funcionamento e 483,9 milhões de euros destinados a financiar o Plano de Investimento da Região.

As despesas de funcionamento, deduzindo a dotação provisional, são de 585,2 milhões de euros, o que representa um acréscimo de apenas 1,5% em relação a 2008, enquanto as despesas de investimento revelam uma taxa de crescimento superior a 10,1%.

No âmbito das despesas de funcionamento, é importante salientar que os acréscimos registados relativamente a 2008 referem-se ao reforço das transferências para o Serviço Regional de Saúde (+ 4%) e despesas com pessoal (+ 3%), resultante do aumento dos vencimentos definidos para a Administração Pública (+ 2,9%) e do descongelamento com efeitos retroactivos das progressões nas carreiras, observando-se um continuado esforço de contenção nas Aquisições de Bens e Serviços e uma redução acentuada dos encargos da dívida pública (- 13,7%).

As despesas correntes são em 110,9 milhões de euros inferiores às receitas correntes, o que permite que este saldo corrente positivo contribua para o financiamento e reforço do investimento.

As despesas correntes e de funcionamento, reduzem o seu peso relativo, no total da despesa, em contrapartida, o investimento para a representar 45,3% do total da despesa pública (+ 1,3 pontos percentuais que em 2008).

Os valores de despesa de investimento público previsto para 2009 ascendem a 761,4 milhões de euros, dos quais 483,9 milhões são inscritos no capítulo 40 do Orçamento da Região, o que representa um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

Os sectores da Agricultura, Florestas, Pescas, Turismo, Indústria, Comércio e Exportação, Inovação, Apoio Financeiro ao Investimento Privado, áreas de intervenção que integram o objectivo “Promover o Crescimento Sustentado da Economia”, representam 40% do total do Plano, a que corresponde um investimento de 303,5 milhões de euros, o que representa um reforço de 45,8 milhões de euros, mais 17,8% do que no ano anterior.

Aos domínios dos Transportes Terrestres, Marítimos e Aéreos, Ambiente e Energia, que promovem o objectivo “Gerir com eficiência o território, promovendo a Qualidade

Ambiental", será afecta uma verba de 198,1 milhões de euros, o que corresponde a 26% do valor global do Plano de Investimento.

O objectivo "Melhorar as Qualificações e as Competências dos Açorianos", que inclui a programação para o domínio da Educação, Formação e da Qualificação Profissional, da Juventude, da Cultura, do Desporto ascende a 171,6 milhões de euros, o que representa 22,4% do valor global do Plano e regista um aumento de 30,5 milhões de euros (+ 21,7%).

O "Reforço da Solidariedade e da Coesão Social" dirigido aos sectores da Saúde, da Solidariedade Social e da Habitação, é dotado com 66,9 milhões de euros e representa 8,5% do valor global do Investimento Público.

A desagregação espacial do investimento público, permite concluir que nas ilhas de menor dimensão populacional (Corvo, Flores, São Jorge, Graciosa e Santa Maria) se irá verificar um aumento do investimento de 16% (+ 22,2 milhões de euros) em relação ao ano anterior, significativamente superior ao verificado no total da Região, o que comprova a aposta do Governo no reforço da coesão regional como sector fundamental da nossa estratégia de desenvolvimento.

Num enquadramento conjuntural adverso e difícil, o Governo dos Açores consegue apresentar um orçamento que concilia o aumento do investimento público em 10% sem recorrer ao endividamento, com a diminuição do esforço fiscal das famílias e empresas açorianas assegurando ao mesmo tempo e pela primeira vez, nos últimos anos, um aumento do salário real dos funcionários da Administração Pública Regional e um significativo crescimento das transferências para o Serviço Regional de Saúde.

A conjugação destes aspectos positivos, aparentemente inconciliáveis, só foi possível concretizar porque os Açores tem assegurado com uma sólida e equilibrada gestão das Finanças Públicas Regionais a disponibilização dos recursos financeiros, através da contenção das despesas de funcionamento da Administração Pública Regional, do aumento das receitas provenientes dos Fundos Comunitários e das transferências do abrigo da Lei de Finanças Regionais, que permitem garantir uma consolidação orçamental sustentável e potenciadora do incremento das medidas de apoio às famílias e empresas açorianas.

Senhor Presidente da Assembleia
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Desde 2003 que os Açores têm assegurado o equilíbrio das contas públicas regionais sem recorrer ao endividamento, mantendo rigorosamente inalterada a dívida pública regional.

Nos últimos seis anos, os Açores são a única Região do País e o único sector da Administração Pública que, de acordo com as normas estabelecidas pelo sistema contabilístico europeu – SEC 95 – não contribuiu para o aumento do endividamento do Estado nem para o deficit das contas públicas.

Os Açores cumpriram com absoluto rigor e controlo orçamental, o objectivo de apresentarem um saldo globalmente positivo das contas regionais.

A actual conjuntura económica e financeira internacional, obriga todos os países a apostarem no aumento do investimento público, recorrendo ao endividamento para controlar os efeitos negativos da situação internacional.

Tendo em consideração que a Comissão Europeia autorizou todos os países da União Europeia a aumentar o deficit das suas Contas Públicas em 2009, já não se afigurava possível manter os Açores ao arrepio da nova realidade, na medida em que nos impediria de utilizar os mesmos instrumentos de combate à crise internacional, que estão à disposição do resto do País e de todas as economias regionais e mundiais.

Neste contexto, o Governo da República correspondeu a uma solicitação do Presidente do Governo Regional, autorizando a Região a obter um financiamento adicional de 50 milhões de euros, que permitirá reforçar o Plano de 2009 nesse montante e assegurar um crescimento efectivo do investimento público em 21%.

Esta disponibilização adicional de recursos financeiros, permitirá reforçar e intensificar as medidas já tomadas de dinamização do mercado da habitação e da promoção e valorização do emprego, que constituem vectores estruturantes de intervenção do Governo Regional na actual conjuntura internacional.

A dificuldade de liquidez das instituições financeiras, relevam o papel e a necessidade de intervenção dos governos, à escala mundial, para reforçar a capacidade de circulação monetária e de libertação de recursos financeiros para estimular a economia, um dado ao qual o Governo dos Açores não é indiferente.
Neste contexto, a excelente classificação internacional das finanças públicas regionais (raetting), constitui uma vantagem comparativa e um instrumento valioso que deve ser utilizado e aproveitado, para dotar os Açores de mecanismos financeiros adicionais que permitam assegurar a manutenção do crescimento económico sustentado.

Em conclusão, os documentos que hoje apresentamos a esta Assembleia asseguram:

- O aumento do investimento público;
- O reforço do incentivo e apoio ao investimento privado das empresas açorianas;
- O aumento do rendimento disponível das famílias e do seu poder de compra;
- A redução do peso da despesa corrente e de funcionamento na estrutura da despesa e do PIB;
- O aumento das receitas da Região;
- A obtenção de um saldo orçamental corrente positivo e integralmente canalizado para reforçar o investimento;
- A manutenção de um reduzido nível de endividamento da Região;
- O reforço da sustentabilidade financeira e da solidez das Finanças Públicas Regionais.

Em qualquer Região da Europa e para qualquer analista independente, isto são motivos suficientes para apoiar e aprovar estes documentos, que constituem mais um contributo para reforçar a confiança de que os Açores são, cada vez mais, uma Região de futuro e uma Região com futuro.

Estou certo de que saberemos, todos, corresponder a esta oportunidade e a este desafio.

Disse.
Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 31 de Março de 2009-03-31

O Vice-Presidente
Sérgio Ávila